

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Universitário de Taubaté

CNPJ: 61.699.567/0089-24

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA, das quais fazem parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da unidade gerenciada: SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - HOSPITAL MUNICIPAL UNIVERSITÁRIO DE TAUBATÉ. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2023. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2023. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor - Presidente da SPDM

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2022	2021
ATIVO		
Ativo Circulante	47.905.821,78	54.050.531,54
Caixa e Equivalentes de Caixa	860.409,34	178.673,35
Bancos conta movimento (3.1)	397,42	1.132,00
Aplicações Financeiras (3.2)	860.011,92	177.541,35
Contas a Receber	45.011.567,06	51.906.555,37
Valores a Receber – Prefeitura Município de Taubaté (3.3.1)	29.946.966,60	44.870.739,30
Valores em Negociação - Contrato/Convênio (3.3.2)	15.064.600,46	7.035.816,07
Outros Créditos	374.289,72	171.007,78
Antecipação de férias (3.4.1)	226.938,92	137.356,75
Adiantamento fornecedor (3.4.2)	117.054,70	25.075,74
Adiantamentos (3.4.3)	30.296,10	8.575,29
Despesas Pagas Antecipadamente	7.655,93	5.155,47
Prêmios de seguros e outros a vencer (3.5)	7.655,93	5.155,47
Estoques	1.651.899,73	1.789.139,57
Estoque Materiais Medicamentos Nutrição (3.6)	1.651.899,73	1.789.139,57
Ativo Não Circulante	1.491.962,00	2.256.501,87
Diversos Valores a Receber	10.987,00	0,00
Depósito Judicial (3.7)	10.987,00	0,00
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros	1.491.962,00	2.256.501,87
Imobilizado - Bens de Terceiros (3.8)	8.717.892,89	8.650.539,69
Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros (3.8.1)	(7.236.917,89)	(6.394.037,82)
Total do Ativo	49.397.783,78	56.307.033,41

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Descrição	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit/Déficit do exercício/periodo	0,00	0,00
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	6.894.988,31	(12.568.022,80)
(Aumento) Redução Outros Créditos	(214.268,94)	101.103,58
(Aumento) Redução Despesa Antecipada	(2.500,46)	859,51
(Aumento) Redução em estoques	44.824,00	153.862,75
Aumento (Redução) em fornecedores	2.927.885,29	1.601.654,09
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contrato Gestão	(10.292.816,24)	8.497.148,07
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	1.323.624,03	1.128.623,63
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(775.526,87)	(745.469,50)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(93.790,88)	(1.830.240,67)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Adição de Bens de Terceiros	775.526,87	745.469,50
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	775.526,87	745.469,50
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos tomados	0,00	0,00
Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa	681.735,99	(1.084.771,17)
No início do período	178.673,35	1.263.444,52
No final do período	860.409,34	178.673,35

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Contábeis: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e no município de sua sede, respectivamente pelos decretos nºs 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretoria primária da Associação é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento, prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Com o crescimento Institucional, a SPDM vem expandindo sua área de atuação com projetos, em desenvolvimento, na área da Assistência Social e na área Educacional. Toda essa gama de atividades consolida, cada vez mais, a SPDM como uma instituição filantrópica de grande porte, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil, visando principalmente garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, atua na área da assistência social e promove formação e treinamento na área da saúde entre outros. **Unidade Gerenciada:** O Hospital Municipal Universitário de Taubaté destaca-se pelo atendimento e leva o que há de mais avançado em conhecimento médico até a comunidade, buscando uma saúde pública digna, com qualidade e compromisso social, sendo referência para aproximadamente 2,9 milhões de habitantes do Vale do Paraíba. Dispõe de leitos adultos clínicos e cirúrgicos, pediátricos, psiquiátricos, centro cirúrgico, centro obstétrico, serviço de hemodiálise. Atendimento ambulatorial para várias especialidades, tais como: Anestesiologia, Cardiologia, Cirurgia Pediátrica, Cirurgia Geral, Cirurgia Tórcica, Dermatologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Ginecologia, Hematologia, Infectologia, Mastologia, Nefrologia, Neurologia, Neurologia Pediátrica, Oftalmologia, Ortopedia, Obstetrícia, Otorrinolaringologia, Pneumologia, Pneumologia Pediátrica, Proctologia, Psiquiatria, Urologia entre outras. Possui ainda Pronto Socorro de Ginecologia e Obstetrícia e Pronto Socorro Infantil com atendimento 24h, todos os dias da semana. Em 01 de Maio de 2019 foi firmado parceria entre Prefeitura Municipal de Taubaté/SP e a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, objetivando a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital Municipal Universitário de Taubaté através do Contrato de Gestão Nº 50.132/18, através do Chamamento Público nº 18/18 com vigência 01/05/2019 a 30/04/2021. No ano de 2022 foram assinados os seguintes Termos Aditivos: - 12º T.A assinado em 29/04/2022 no valor de R\$ 32.400.000,00 para os serviços de administração, gerenciamento e operacionalização das atividades do Hospital Universitário de Taubaté/JPA Infantil e atividades correlatas de conservação e manutenção de próprios públicos permissionados. - 13º T. A. assinado em 30/08/2022, no valor de R\$ 18.165.299,76, que trata dos serviços que destinará 10 (dez) leitos de UTI Covid, hemoderivados, cirurgias oncológicas e retaguarda às UPAS. - 14º T. A. assinado em 28/10/2022, no valor de R\$ 40.261.199,04, que trata dos serviços que destinará 10 (dez) leitos de UTI Covid, hemoderivados, cirurgias oncológicas e retaguarda às UPAS. **Evento Subsequente:** De acordo com o CPC 24 Evento Subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. A SDPM – Hospital Municipal Universitário de Taubaté, tem atualmente um TA número 14º assinado em 27/10/2022 com vigência em 28/10/2022 a 28/02/2023. O 15º TA encontra-se na Prefeitura Municipal de Taubaté para homologação e seu período de vigência é de 01/02/2023 a 30/04/2024. **1.- Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tri-

Demonstrações Contábeis Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Descrição	2022	2021
1 - Receitas	125.453.466,97	129.977.565,22
1.1) Prestação de serviços	109.440.922,41	113.597.477,86
1.2) Outras Receitas	656.410,81	695.616,39
1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	15.356.133,75	15.684.470,97
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	56.437.780,29	60.672.947,95
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações de	16.563.408,78	22.325.633,41
2.2) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	39.004.570,01	37.381.529,87
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	67.353,20	89.371,43
2.4) Outros	802.448,30	876.413,24
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	69.015.686,68	69.304.617,27
4 - Retenções	0,00	0,00
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	69.015.686,68	69.304.617,27
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	0,75	8.166,22
6.1) Receitas financeiras	0,75	8.166,22
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	69.015.687,43	69.312.783,49
8 - Distribuição do Valor Adicionado	69.015.687,43	69.312.783,49
8.1) Pessoal e encargos	50.530.889,57	49.135.633,31
8.2) Impostos, taxas e contribuições	109.210,95	174.107,62
8.3) Juros	24.274,85	16.945,49
8.4) Aluguéis	2.995.178,31	4.301.626,10
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	15.356.133,75	15.684.470,97
8.6) (Déficit) Superávit do Exercício	0,00	0,00

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis - Comparativo das Demonstrações de Resultados dos Períodos - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro

Demonstrações Contábeis - Comparativo das Demonstrações de Resultados dos Períodos - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro		
	2022	2021
Receitas Operacionais com Restrições (5.1)		
Receitas Bruta com Prestações de Serviços com Restrições		
Prefeitura Municipal de Taubaté (5.1)	108.689.411,37	112.856.004,58
Outras Receitas (5.1)	676.294,56	682.514,28
Isenção usufruída (9)	15.356.133,75	15.684.470,97
Trabalhos Voluntários (10)	76.320,45	58.959,00
(=) Receita com Restrições	124.797.056,16	129.281.948,83
(+) Outras Receitas com Restrições	656.411,56	703.782,61
Outras Receitas (5.1)	129.848,74	1.537,00
Descontos Recebidos (5.1)	0,75	8.166,22
Doações Recebidas (5.2)	525.458,10	694.079,39
(=) Receita Líquida com Restrições	125.453.467,72	129.985.731,44
(-) Custos Serviços Prestados com Restrição (5.4)	106.067.203,38	109.481.207,14
(-) Serviços - Pessoal Próprio	43.923.127,96	41.645.395,04
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	137.386,03	1.608.500,00
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	34.483.874,52	33.024.786,52
(-) Mercadorias	16.563.408,78	22.325.633,41
(-) Trabalhos Voluntários	74.105,24	57.050,14
(-) Isenção usufruída	10.885.300,85	10.819.842,03
(=) Superávit ou Déficit Bruto com Restrições	19.386.264,34	20.504.524,30
(-) Despesas Operacionais com Restrições (5.4)	19.386.264,34	20.504.524,30
(-) Serviços - Pessoal Próprio	6.531.441,16	7.431.279,27
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	7.263.970,52	6.684.839,23
(-) Mercadorias	114.517,25	365.030,22
(-) Financeiras	826.723,15	893.358,73
(-) Despesas Bens Permanentes	67.353,20	89.371,43
(-) Tributos	109.210,95	174.107,62
(-) Trabalhos Voluntários	2.215,21	1.908,86
(-) Isenção Usufruída	4.470.832,90	4.864.628,94
(=) Superávit do Exercício com Restrições	0	0

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

Caixa e Equivalentes de Caixa

	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2021
Caixa e Saldos em Bancos	397,42	1.132,00
Aplicação Financeira de Curto Prazo	860.011,92	177.541,35
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	860.409,34	178.673,35

Os recursos financeiros são controlados de acordo com a sua natureza (custeio e/ou investimento), permitindo a identificação por tipo de verba (municipal, estadual ou federal), assim como sua origem (identificação do instrumento contratual celebrado).

Distribuição dos Recursos Financeiros – Por Natureza, Tipo de Verba e Origem dos Recursos

	Saldo em R\$ 31.12.2022	Saldo em R\$ 31.12.2021
Custeio – Recurso Municipal		
Contrato de Gestão 18/18- 50.132/18	806.409,34	178.673,35
Total de Recursos Disponíveis	806.409,34	178.673,35

3.2 – Aplicações Financeiras:

As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição Tipo de Rentabilidade Saldo em Saldo em

Financeira	Aplicação	Taxa % no mês	31/12/2022	31/12/2021
Banco do Brasil	CDB	92,00% CDI	806.011,92	177.541,35
Saldo Aplicações			806.011,92	177.541,35

3.2.1 Rendimentos sobre Aplicação Financeira – Receitas Financeiras com Restrição:

Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2022 tais valores representam o montante de R\$ 216.502,53. **3.3 – Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a resolução 1.305/10 (R2) (que aprova a NBC TG 07 R2) e conforme resolução 1.409/12 (R1) (que aprovou a ITG 2002 R1) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assitências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 - Valores a Receber – Curto Prazo:** Os valores registrados nesta conta correspondem/representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Contrato de Gestão Nº 50.132/18, Chamamento Público nº 18/18, 1º T. A. CG 18/18 - 50.132/18, 7º T. A. CG 18/18 - 50.132/18, 9º T. A. CG 18/18 - 50.132/18 e 11º T. A. CG 18/18 - 50.132/18, 14º T. A. CG 18/18 - 50.132/18. O Saldo em 31/12/2022 é de R\$ 29.946.966,60.

Valores a Receber em 31.12.2022 (Em Reais)

Contrato Gestão e Termos Aditivos	Vencidos (Em aberto)	A vencer	Saldo em 31.12.2022
Contrato Gestão 18/18-50132/18 - Recurso Municipal (Custeio)	8.902.842,70	21.044.123,90	29.946.966,60
Total	8.902.842,70	21.044.123,90	29.946.966,60

3.3.2 - Valores em Negociação – Contrato/Convênio:

Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Norma NBC – ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. No exercício de 2022 o montante contabilizado foi de R\$ 15.064.600,46. A instituição assumiu valores relativos a passivos trabalhistas decorrente da sub-rogação de colaboradores no Exercício de 2019. Esses valores foram amortizados durante a execução do novo contrato assumido pela SPDM em virtude da transição com a antiga entidade gestora. Os valores constantes nesta conta representam o resultado da execução dos contratos no período de 2019 a 2022 que representou um déficit operacional que a unidade gerenciada pretende recuperar até o encerramento do instrumento ou quando ocorrer a renovação do Plano de Trabalho acordado com o órgão concedente. **3.4 - Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1 - Antecipações de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seus artigos: Artigo 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido. No Artigo 143 - serão efetuados

de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

Caixa e Equivalentes de Caixa

	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2021
Caixa e Saldos em Bancos	397,42	1.132,00
Aplicação Financeira de Curto Prazo	860.011,92	177.541,35
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	860.409,34	178.673,35

Os recursos financeiros são controlados de acordo com a sua natureza (custeio e/ou investimento), permitindo a identificação por tipo de verba (municipal, estadual ou federal), assim como sua origem (identificação do instrumento contratual celebrado).

Distribuição dos Recursos Financeiros – Por Natureza, Tipo de Verba e Origem dos Recursos

	Saldo em R\$ 31.12.2022	Saldo em R\$ 31.12.2021
Custeio – Recurso Municipal		
Contrato de Gestão 18/18- 50.132/18	806.409,34	178.673,35
Total de Recursos Disponíveis	806.409,34	178.673,35

3.2 – Aplicações Financeiras:

As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição Tipo de Rentabilidade Saldo em Saldo em

Financeira	Aplicação	Taxa % no mês	31/12/2022
------------	-----------	---------------	------------

...continuação até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. Em 31/12/2022 o saldo contabilizado foi de R\$ 226.938,92. **3.4.2 – Adiantamento a Fornecedores:** Representam valores de adiantamentos a fornecedores de mercadorias bem como a prestadores de serviço, o saldo em 31.12.2022 é de R\$ 117.054,70. **3.4.3 Adiantamentos:** Representam valores a pagos a título de benefícios adquiridos no final do mês aos funcionários que irão compor a folha de pagamento do mês posterior, são valores referentes a vale transporte, vale alimentação, refeição, antecipação salarial e adiantamento de importação. Em 31/12/2022 o saldo contabilizado foi de R\$ 30.296,10. **3.5 - Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e seguro predial do imóvel da Entidade. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.6 – Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2022 é de R\$ 1.651.899,73. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência.

Posição dos Estoques	Valores em Reais em:	
	31/12/2022	31/12/2021
Descrição		
Materiais utilizados no setor de Nutrição	112.840,96	63.593,83
Materiais utilizados no setor de Farmácia	671.295,21	807.608,15
Materiais de Almoxarifado	762.401,91	750.206,85
Empréstimos de Materiais a Terceiros	5.506,43	5.494,38
Estoque Nutrição	7.474,77	0,00
Operações com Materiais de Terceiros	92.380,45	162.236,36
Total	1.651.899,73	1.789.139,57

Descrição	Posição em 31/12/2021	Ajuste do Ativo Imobilizado em 2022		Posição em 31/12/2022	Taxas anuais médias de Ajustes %
		Baixa	Ajuste do Exercício		
Ajuste vida útil econômica de Bens de Terceiros Bens Móveis	(6.394.037,82)	0,00	(842.880,07)	(7.236.917,89)	
Aparelhos e Equipamentos Utensílios Médicos					
Odontológicos Laboratoriais	(3.075.470,23)	0,00	(404.348,89)	(3.479.819,12)	10
Equipamentos de Processamento de Dados	(584.764,03)	0,00	(43.562,12)	(628.326,15)	20
Mobiliário em Geral	(1.756.014,74)	0,00	(251.512,02)	(2.007.526,76)	10
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(910.803,68)	0,00	(133.691,92)	(1.044.495,60)	10
Equipamentos P/Audio Vídeo e Foto	(66.985,14)	0,00	(9.765,12)	(76.750,26)	10

3.9 - Fornecedores: As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.10 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, portaria, segurança e limpeza. **3.11 - Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, e Contribuições Sindicais. Com relação ao PIS a unidade gerenciada recebeu a Imunidade através do Processo tributário Nº 2006.61.00.001474-9/SP, que suspendem a exigibilidade de recolhimento do PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1%/mês. Dessa forma, a unidade gerenciada reconheceu os respectivos valores de Isenção e Restituição em suas Demonstrações Contábeis. **3.13 - Provisão de Férias e Encargos:** Os valores dessa conta representam as provisões de férias e seus respectivos encargos (FGTS) com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.14 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoal próprio em regime CLT e Pessoas físicas autônomas e ISS sobre os serviços prestados de pessoas físicas autônomas. **3.15 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRRF, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada. **3.16 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar:** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R2) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2022 representa R\$ 22.705.517,23 (vinte e dois milhões, setecentos e cinco mil, quinhentos e dezessete reais e vinte e três centavos). **3.17 - Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados nessa conta referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. **4 - Contingências Ativas e Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. **4.1 - Contingências Passivas:** No exercício de suas atividades de prestadora de serviços na área hospitalar, a unidade da SPDM - Hospital Municipal Universitário de Taubaté acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "provável", no exercício de 2022 o valor apurado foi de R\$ 942.928,86. As ações civis têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processo administrativo e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda era tida como "possível" no exercício de 2022, o valor apurado foi de R\$ 1.419.212,00. **4.2 - Patrimônio Líquido:** A SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10(R2) e 1409/12 (R1), no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12-R1 (Item 11) e CFC 1305/10-R2 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2021 e 2022, respectivamente. **4.3 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as

Os Materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder, para atendimento emergencial dos serviços de saúde. **3.7 - Valores a Receber - Depósitos Judiciais:** Representam valores a título de crédito, por ordem judicial, relativos a pagamentos de causas trabalhistas pendentes, no valor de R\$ 10.987,00. **3.8 - Imobilizado:** O imobilizado de uso da SPDM - Hospital Municipal Universitário de Taubaté, é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Demonstrativo da movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2022.			Posição em 31/12/2022
	Posição em 31/12/2021	Aquisição	Baixa	
Imobilizado - Bens de Terceiros Bens Móveis	8.650.539,69	67.353,20	0,00	8.717.892,89
Aparelhos e Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratoriais	4.043.037,67	8.331,20	0,00	4.051.368,87
Equipamento de Processamento de Dados	710.025,51	0,00	0,00	710.025,51
Mobiliário em Geral	2.463.009,44	58.518,00	0,00	2.521.527,44
Máquinas Utens e Equipamentos Diversos	1.336.824,35	504,00	0,00	1.337.328,35
Equipamentos P/Audio Vídeo e Foto	97.642,72	0,00	0,00	97.642,72

3.8.1 - Ajuste Vida Útil Econômica - Bens Móveis: A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.

provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **5 - Origem e aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **5.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a Res. CFC Nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **5.2 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utilizam no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2022 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 525.458,10. **5.2.1 - Doações Recebidas em Bens e Mercadorias:** No exercício de 2022 a unidade gerenciada recebeu o valor de R\$ 525.458,10 a título de doações em mercadorias, como máscaras descartáveis de proteção, álcool etílico, álcool em gel 70%INPM, Alcool 70% Antisséptico, com a finalidade de promover a prevenção e proteção dos seus colaboradores e pacientes. **5.3 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução NBC TG 07 (R2) na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de

8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Linha de Contratação	1º Quadrimestre		2º Quadrimestre		3º Quadrimestre		Total
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	
Internações							
Saída Hospitalar	3.200	3.396	2.988	3.600	2.988	3.337	9.176
Nº de Cirurgias	0	934	0	1.016	0	988	0
Nº de Partos	0	904	0	941	0	790	0
Diárias de UTI - Total	4.080	3.708	4.080	3.534	4.080	2.815	12.240
Internação/Atendimento Domiciliar							
PSI /PSGO(Urgência/Emergência) - Demanda Espontânea							
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	16.000	21.673	16.000	22.679	16.000	21.387	48.000
Atendimento Ambulatorial - Total							
Consulta médica	20.800	15.647	20.800	18.330	16.520	16.309	58.120
Atendimento não médico	9.520	10.203	9.520	10.585	9.520	10.426	28.560
HD/Cirurgia ambulatorial	1.600	1.267	1.600	1.669	1.360	1.574	4.560
SADT - Total	105.440	208.177	105.440	154.129	105.440	117.302	479.608

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2022

Receitas	Custeio	Investimento
Repasses do Contrato / Convênio	105.750.271,50	-
Receitas Financeiras	216.502,53	-
Outras Receitas	190.338,28	-
Total das Receitas	106.157.112,31	-
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	49.079.538,08	-
Serviços de Terceiros	34.115.405,67	-
Materiais e Medicamentos	13.277.164,47	-
Outras Despesas	9.003.268,10	-
Total das Despesas	105.475.376,32	-

9 - Contribuições Sociais: A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outra Entidades (Terceiros). Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2018 a 31/12/2020, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual ainda aguarda deferimento pelo Ministério. Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar Nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficiárias. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficiárias de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstra-

Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2022, a Associação recebeu Assistências Governamentais Municipais no valor de R\$ 75.384.868,74 e o valor de R\$ 30.365.402,76 referente a fonte estadual.

CNPJ nº	Origem dos Recursos	Natureza e Tipo de Verba - Verba Municipal	Natureza e Tipo de Verba - Verba Custeio - Verba Estadual		Valor Global (R\$)
			Custeio - Verba Estadual	Custeio - Verba Estadual	
61.699.567/0089-24					
11º TA - Contrato					
Gestão nº 50.132/18	29.119.896,60		6.848.000,00		35.967.896,60
12º TA - Contrato					
Gestão nº 50.132/18	20.324.706,40		12.075.293,60		32.400.000,00
13º TA - Contrato					
Gestão nº 50.132/18	10.835.445,68		7.329.854,08		18.165.299,76
14º TA - Contrato					
Gestão nº 50.132/18	15.104.820,06		4.112.255,08		19.217.075,14
Total	75.384.868,74		30.365.402,76		105.750.271,50

5.4 - Custos e Despesas Operacionais: Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **6 - Resultado Operacional - Subvenção:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 R2 - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 105.750.271,50; acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 872.914,09; e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 110.021.013,52; encerrando o exercício de 2022 com o resultado deficitário no valor de R\$ (3.397.827,93). **6.1 de Ênfase ao Resultado:** O HMUT apurou no exercício de 2022, um déficit de R\$ (3.397.827,93) (Três Milhões, trezentos e noventa e sete mil, oitocentos e vinte e sete reais e noventa e três centavos). Esse resultado está associado, ao aumento da demanda, ausência de recursos ou reajustes inflacionários para cobertura de dissídios e outros custos/despesas, itens influentes para o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. No mês de dezembro, o valor contratado foi de R\$ 11.047.949,64 e o recebido foi de R\$ 8.169.125,50. Entretanto, a instituição tem tomado iniciativas na redução de custos e despesas com pessoal, materiais e medicamentos, para assim recuperar o equilíbrio orçamentário nos próximos exercícios. **7 - Das Disposições da Lei Complementar 187 de Dezembro de 2021:** Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido na Lei Complementar 187/2021, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo 9º): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. A Unidade Gerenciada, apresentou em 2022 nesta unidade a seguinte produção:

Produção - 2022	SUS
Linha de Atendimento	
Internações	
Saída Hospitalar	9.034
Administração de Medicamentos	16.171
Nº de Cirurgias	3.641
Nº de Partos	2.222
Diárias de UTI - Total	8.301
Internação/Atendimento Domiciliar	
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	30.964
Atendimento Ambulatorial - Total	
Consulta médica	42.559
Atendimento não médico	24.934
HD/Cirurgia ambulatorial	3.763
SADT - Total	343.531

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2022

Linha de Contratação	1º Quadrimestre		2º Quadrimestre		3º Quadrimestre		Total
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	
Internações							
Saída Hospitalar	3.200	3.396	2.988	3.600	2.988	3.337	9.176
Nº de Cirurgias	0	934	0	1.016	0	988	0
Nº de Partos	0	904	0	941	0	790	0
Diárias de UTI - Total	4.080	3.708	4.080	3.534	4.080	2.815	12.240
Internação/Atendimento Domiciliar							
PSI /PSGO(Urgência/Emergência) - Demanda Espontânea							
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	16.000	21.673	16.000	22.679	16.000	21.387	48.000
Atendimento Ambulatorial - Total							
Consulta médica	20.800	15.647	20.800	18.330	16.520	16.309	58.120
Atendimento não médico	9.520	10.203	9.520	10.585	9.520	10.426	28.560
HD/Cirurgia ambulatorial	1.600	1.267	1.600	1.669	1.360	1.574	4.560
SADT - Total	105.440	208.177	105.440	154.129	105.440	117.302	479.608

ção do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso VIII alínea "d") e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficiária de Assistência Social, portadora do CEBAS- Saúde, a SPDM possui isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as isenções usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física) o montante de R\$ 15.356.133,75.

...continuação) zou R\$ 321.700,00 (trezentos e vinte um mil e setecentos e reais). **9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2022 foi de R\$ 3.260.682,32 (três milhões, duzentos e sessenta mil, seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2021, esse montante foi de R\$ 3.385.680,16 (três milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e oitenta reais e dezesseis centavos). **9.4 - Isenção sobre Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS):** A Entidade usufruiu da isenção da Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2022 R\$ 423.064,73 (quatrocentos

e vinte e três mil, sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) e em 2021 R\$ 416.888,67 (quatrocentos e dezesseis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos). **10 – Trabalho voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações

realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2022, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.215,21; enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 74.105,24. **11 – Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2022.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira. - Diretor Presidente da SPDM

Carlos Alberto Maganha - Diretor Técnico

Tiago Daniel da Silveira - Contador - CRC 1SP 301012/O-8

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Hospital Municipal Universitário de Taubaté) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado (DVA):** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administra-

ção é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidên-

cia de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 31 de março de 2023. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3** - Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718